Il Relatório sobre corrupção e governação na posse do SAVANA

Custo de vida e desemprego entre os problemas mais graves

· Alfândegas destronam Polícia de Trânsito no ranking das instituições onde se pagam mais subornos

·Traficantes de drogas e multinacionais continuam a exercer forte influência sobre o Governo

Por Francisco Carmona

O elevado custo de vida e desemprego, principais iovens se manifestassem com violência nos dias 1 e 2 de Setembro de 2010 nas ruas de Maputo e Matola, continuam entre os problemas mais graves em Moçambique. Esta é uma das percepções dominantes do relatório da segunda pesquisa nacional sobre a governação e corrupção na posse do SAVANA. Entre as grandes revelações do documento, que deverá ser oficialmente tornado público nas próximas semanas, está o facto dos "media" e as confissões religiosas continuarem a ser conside radas como as instituições mais honestas em Moçambique e as Alfândegas terem destronado a Policia de Trânsito no ranking dos organismos públicos que mais recebem subornos. Outra revelação é que na percepção dos inquiridos os Traficantes de drogas e multinacionais continuam a exercer forte influência sobre o Governo.

O estudo realizado pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI), um braço do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), foi baseado em três questionários paralelos onde foram inquiridos 3.497 agregados familiares, 1.654 funcionários e agentes de Estado, 117 funcionários da Autoridade Tributária e 437 Empresas em todo o território nacional. O trabalho de campo decorreu entre Setembro de 2010 a Fevereiro de 2011.

Tal como o primeiro, este estudo foi encomendando pelo Governo e coordenado pelo Ministério da Função Pública através da Unidade Técnica da Reforma do Sector Público

Contudo, ao que o SAVANA apurou, o documento já foi alvo de acalorados debates no Conselho de Ministros e a percepção dos cidadãos de que os traficantes de drogas exercem certa influência no Executivo terá causado algum desconforto.

O principal objectivo do estudo é aferir o impacto das mudanças introduzidas no âmbito da reforma do sector pú blico, na melhoria da prestação de serviços aos cidadãos e na implementação da Estratégia Anti-Corrupção

FUNCIONÁRIO AGREGADOS FAMILIARES AGENTES DO ESTADO PRINCIPAIS PROBLEMAS

PROBLEMAS MAIS GRAVES EM MOÇAMBIQUE

Tabela 2: Percepção sobre os problemas mais graves pelos tres grupos inquiridos

2	Desemprego	64.2	68.5	48.7
3	Inflação (aumento dos preco)	56.6	61.7	59.0
4	Criminalidade	18:8	43.9	19.2
5	Abuso/tráfico de droga	13.9	30.3	12.5
6	Instabilidade política	9.7	13.8	2.9
7	Ausência de liderança	9.6	14.9	6.8
8	Corrupção no sector público	27.4	34.2	29.2
9	Corrupção no sector privado	18.8	23.1	7.4
10	Baixa qualidade do ensino	15.1	32.2	26.1
11	Baixa qualidade da assistência médica	18.0	30.5	14.3
12	Custo elevado do ensino	11.4	28.3	14.4
13	Custo elevado da assistência médica	11.3	22.9	7.3
14	Conflito étnico (conflito entre etnias)	4.7	9.2	2.4
15	Conflito religioso	4.6	5.2	0.8
16	Conflito entre comunidades	5.3	6.5	1.3
17	Más estradas .	34.8	33.8	25.1
18	Custo elevado dos serviços públicos	15.8	19.9	12.2
19	Falta de habitação	23.2	45.3	21.6
20	Falta de saneamento	19.1	37.1	14.8
21	Falta de água potável	53.7	37.9	21.9
22	Falta de comida	32.9	34.7	29.2
23	Injustiça social	15.6	26.3	9.7
24	Degradação do meio ambiente	13.5	37.6	17.3

Igualmente o estudo avalia as percepções dos cidadãos em relação à governação, às práticas corruptas e à qualidade dos serviços prestados pelo sector público no país, no período de 2006 à 2010

Tanto na primeira pesquisa como na segunda persistem como maiores problemas do país, o custo de vida, o desemprego a inflação e a falta de água, as más condições das estradas, a falta de habitação e alimentos, a criminalidade e a corrupção no sector público. A primeira pesquisa foi realizada em 2003

"O binómio desemprego e o custo de vida elevado constitui, assim, o problema mais grave do país, nas duas pesquisas A criminalidade, na segunda pesquisa posicionou-se no quinto lugar na percepção dos inquiridos, enquanto que a inflação subiu para o terceiro" sublinha o documento.

Recorde-se que há pouco mais de um ano, um movimento de protesto enclodiu em Maputo e Matola contra a escalada do custo de vida. Milhares de pessoas saíram às ruas dos bairros pobres de Maputo para protestar contra o aumento do preco do combustível, do trigo do pão, da água e da energia elétrica. O Governo respondeu com um pacote de medidas de auteridade, considerado pela maioria de analistas como

Traficantes de droga

Na cópia do relatório que o SAVANA teve acesso, os media e as confissões religiosas são consideradas as instituições mais honestas do país. Esta percepção manteve-se em relacão a primeira pesquisa sobre a corrupção e governação

É opinião dos três grupos de inquiridos-agregados familiares, empresas e funcionários-que é grande a influência e uso em beneficio próprio que os dirigentes políticos, traficantes de drogas empresas multinacionais exercem sobre o Estado.

As organizações da sociedade civil e os sindicatos são apontados como aqueles que menos influências exercem com recurso a vias corruptas.

De acordo com a pesquisa, as empresas inquiridas apontaram os dirigentes políticos (27.7%), as multinacionais (23.3%) e os traficantes de droga (18.9%), como sendo os grupos de interesse que possuem a maior capacidade de influenciar o Governo de modo a tomar decisões que os possam beneficiar favoravelmente

Em contrapartida, os grupos que exercem pouca influência sobre o Governo na tomada de decisão destacam-se, por ordem decrescente, as empresas nacionais (34.6%), as organizações da sociedade civil (25.1%) e os sindicatos (24.0%).

Os dados do estudo indicam ainda, a persistência de actos de corrupção em vários dominios. Por exemplo, as empresas afirmam que há pagamento de comissões para iniciar negócios e existem fragilidades sistémicas, por exemplo, nos mecanismos de denúncia dos actos de corrupção, devido sobretudo a falta de protecção de denunciantes.

Acesso à justica

A polícia de trânsito, desde a primeira pesquisa, continua a so à justica e há uma limitada independência dos tribunais As empresas consideram

seu nos processos de tomada de decisões sobre as normas políticas que afectam os seus negócios.

Contudo, as empresas inquiridas consideraram que um sistema de justiça forte, transparente e actuante é fundamental para garantir a confiança necessária para um bom ambiente de negócios e para combater a corrupção.

Segundo o relatório, os baixos salários na função pública, a ausência de sistemas eficazes de denúncias, a ausência de mecanismos de protecção de denunciantes persistem, tal como na primeira pesquisa, como as principais causas de corrupção na Administração

liderar a lista das instituições que

prestam servicos de má qualida-

36.9%, enquanto na segunda

tem 37.8% de percepções

dos funcionários e agentes de

estado. Por seu turno, a PRM

(23.8%) que estava na segunda posição, desceu para o tercei-

ro lugar (13.3%) na presente

mente, a falta de confiança dos

cidadãos quanto a polícia de

trânsito e ao sistema de justica.

A morosidade, a complexidade

processual e os custos eleva-

dos são outros aspectos que

são percebidos como factores

negativos que desencorajam

administração da justiça existe a percepção de uma crescente

reputação do Tribunal Adminis-

trativo (TA) e da Procuradoria

Geral da República (PGR) no

tocante à prestação de serviços

nos últimos dois anos (2008-10).

que os menos favorecidos têm

Porém, os inquiridos referem

Em relação ao sistema de

o recurso ao sistema judicial.

O estudo identificou, igual-

Na primeira pesquisa tinha

Pagamento de subornos As Alfândegas (13%) são apontadas como a instituição onde mais ocorre o pagamento de subornos. Este capítulo era liderado pela Polícia de Trânsito na primeira pesquisa (38.4%) mas caiu para a quarta posição na segunda com 11.9%. As Alfândegas ocupavam a terceira posição na primeira pesquisa (19%)

Os serviços de licenciamento, o procurement, e os tribunais são também referidos como áreas onde o suborno é prática corrente. Entretanto os serviços de saúde e educação registaram grandes melhorias nesta componente.

O relatório que temos tado a fazer referência faz notar que não ocorreram alterações substanciais no que se refere aos motivos porque os cidadãos não denunciam actos de corrupção. O medo de perseguições e represálias continua a pontificar como a principal causa, destacando-se ainda o desconhecimento dos procedimentos para denúncia a incapacidade de apresentar

mesmo denunciando não será feita uma investigação isenta e o fatalismo de que a corrupção é parte da cultura

Orgãos de comunicação: os mais activos

Tal como na primeira pes quisa, o estudo destaca os órgãos de comunicação social como a instituição mais visível no combate à corrupção. A esta lista juntou-se o GCCC, PGR, Ordem dos Advogados de Moçambique, Comissão de Plano e Orcamento da AR e o TA no conjunto das cinco instituições mais visíveis de combate à

A Policia de Protecção vulgos cinzentinhos, a Policia de Trânsito, as alfândegas, os partidos políticos e a Direcção Nacional de Águas continuam, como na primeira pesquisa a serem percebidas como as instituições mais desonestas.

Dada a trafulhice que rei na na Policia de Trânsito os pesquisadores recomendam intervenções com "carácter de urgência" dada a gravidade da

Do lado contrário, as instituições religiosas, os órgãos de comunicação social e as ONGs são percebidas como as instituições mais honestas em paralelo com o MISAU e as FADM que não constavam na primeira pesquisa nas cinco primeiras posições. A pesquisa nota igualmente

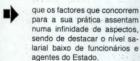
que se assistiu a uma substancial melhoria do relacionamento entre o Governo e as empresas Todavia mais de 50% das empresas inquiridas em 2010. afirmaram que raramente o governo toma em consideração as suas preocupações, o que abre espaço para o aprofundamento de intervenções de melhorias no relacionamento Governo -Sector Privado

Corrupção no sector público

O estudo indica que os sinais de existência de corrupção no sector público são claros. Afirma







Atítulo ilustrativo, 47.1% dos inquiridos afirmaram que os salários baixos dos funcionários e agentes de estado", são a principal causa da corrupção no sector público. Apenas 11.7% entendem que a corrupção é resultado de "políticas económicas, tais como a privatização".

Recurso ao sistema judiciário por parte das empresas

estudo constatou ainda que a majoria das empresas na proporção de 96.3%, não teve qualquer necessidade de recorrer aostribunais. Igualmente, constata-se que 91.9% das empresas inquiridas disseram que não resolveram qualquer disputa importante fora do sistema judicial.

Os obstáculos que desençorajam as empresas a recorrerem às instâncias judiciais residem essencialmente, na complexidade dos procedimentos judiciais que exigem demasiado tempo.

Na perspectiva das empresas inquiridas à semelhança dos agregados familiares e dos funcionários e agentes de esta-do, os factores negativos como a morosidade, custos elevados dos processos, entre outros, contribuem para desencorajar as empresas a prossequirem com procedimentos judiciais.

As empresas consideram ainda, como aspecto importante a ter em conta para não recorrerem aos tribunais, o facto de "não existir uma execução eficaz das decisões dos tribunais" (37.5%), apesar de algumas considera rem ser este aspecto "muito importante" (10%). Por outro lado, 33% consideram que os valores dos pagamentos e gratificações são demasiado elevados, contra 14.59% que não consideram este argumento

Percepção da corrupção em Moçambique

A segunda pesquisa mostra a existência de um elevado grau de consciência no seio dos cidadãos de que a "corrupção é uma doença" contra a qual devemos combater, denunciando os seus promotores".

Com efeito 47% dos agregados familiares percebem e definem a corrupção como uma "doença a qual devemos combater, denunciando os seus promotores". Apenas 2% daque les considera que a corrupção é 'uma ocorrência natural e parte da nossa vida diária, sendo "a denúncia desnecessária"

No entender dos pesquisa dores, esta percpeção revela o grau crescente de consciência prevalecente no seio dos cidaTabela 6: Ranking das instituições que se notabilizaram no combate a corrupção (em %)

No.	Instituição	Ajudou	Ajudou muito	Total%	Posição
-1	Média (Imprensa escrita, rádio, TV)	44,2	34,7	77,9	1º Lugar
2	Tribunal Administrativo	45,6	20,3	65,9	2º Lugar
3	Procuradoria-Geral da República	44,9	19,1	64	· 3º Lugar
4	Gabinete Central de Combate à Corrupção	38,8	23,9	62,7	4° Lugar
5	Tribunais Judiciais	39,9	14	53.9	5° Lugar
. 6	ONG's	44,4	12.1	56,5	6° Lugar
7	Ordem dos Advogados de Moç.	41,7	13,3	55	7° Lugar
8	Assembleia da República	39,6	14.7	54.3	8° Lugar
9	Instituto Patrocinio e Assistência Jurídica	40,9	11,9	52,8	9º Lugar
10	Comissão do Plano e Finanças da A.Rep	36,6	15,6	52,2	10° Lugar
11	Académicos e Professores	37	11	48	11º Lugar
12	Associação Médica de Moç.	33,9	9,2	43,1	12º Lugar
13	Forças Armadas	29,9	11,5	41,4	13° Lugar
14	Associação dos Enfermeiros de Moç.	27,5	8,2	35	14º Lugar
15	Policia	22,2	6,6	28.8	15° Lugar

dãos que resulta das accões combinadas de conscienciali-zação e de tomada de medidas concretas contra a prática da corrupção

Maputo mais crítica

No ranking das provincías mocambicanas. Maputo, a capital do país e o centro das grandes decisões, se mostrou bastante crítica em relação a gravidade da corrupção.

A percepção sobre a gravidade da corrupção por provincia é mais acentuada (muito grave) em Maputo Cidade (59.8%), em Cabo Delgado (42,7%), na Zambézia (41.3%), em Sofala (40 7%)

A pesquisa mostra que o nível de corrupção no Governo de Moçambique, em 2009 e 2010 registou uma ligeira descida no período em estudo, tendo decrescido de 84.2% para 81.5%, respectivamente

Mas as percepções dos funcionários e agentes de Estado indicam que os níveis de corrupção ocorrem no Governo de forma sistemática e "bastante generalizada"

Todavia, a percepção dominante é de que há redução graças aos esforços em curso nos vários domínios e sectores da Função Pública.

A pesquisa em análise mostra que os Governos Provinciais (72.1%), na perspectiva dos cidadãos inquiridos, lideram a lista de cinco instituições com melhor eficiência, seguidos pelo Conselho de Ministros (67.3%). A Assembleia da República (66.2%). Tribunais Judiciais (54.1%) e Conselho Municipal (51.6%) fecham a lista.

A Polícia da República de Moçambique (20.1%) e Instituições Religiosas (28.3%), por motivos diferentes, lideram as suas respectivas listas de "instituições muito desonestas" e "instiuições muito honestas", respectivamente.

Com efeito, a Polícia de

protecção está à frente da polícia de trânsito e serviços de Alfândega na lista das instituições consideradas mais desonestas. Os partidos políticos aparecem na quarta posição na lista dos mais desonestos. Enquanto isso, as instituições religiosas são percebidas como as mais honestas, seguidas da comunicação social, ministério da saúde. ONG s e por fim as Forças Armadas.

Na percepção dos inquiridos dos três grupos alvo, os actos de corrupção são promovidos um pouco por todos os intervenientes, variando nas suas diversas formas de manifestação, em função das circunstâncias específicas de cada instituição ou pessoas

Esta é a segunda pesquisa nacional sobre governação e corrupção, depois da primeira realizada em 2003. Na primeira foram inquiridas 2447 famílias, 486 empresas e 992 funcio-

Resumo Semanal

GOVERNO APROVA VENDA DOS APARTAMENTOS DA VILA OLÍMPICA

O Executivo de Armando Guebuza aprovou, nesta terça-eira, em Conselho de Ministros a proposta do Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) para a venda a longo prazo de 518 apartamentos da Vila Olímpica dos 844 existentes De acordo com a proposta divulgada em primeira mão na edição 925 deste semanário, os restantes 250 apartamentos serão vendidos a pronto pagamento, sendo que os remanescentes 80 destinados ao Ministério da Juventude e Desportos. Segundo os critérios, os candidatos às casas devem ter idade compreendida entre os 21 e 45 anos. Devem igualmente possuir capacidade de endividamento, agregado familiar não superior a cinco pes-soas e não ter beneficiado de alienação de um outro imóvel do Estado. O valor a ser cobrado será de 7 875 MVmés durante 25

100 MAIORES EMPRESAS CONHECIDAS EM DEZEMBRO

Os resultados da 13ª edição das 100 majores empresas de Mocambique 2010 deverão ser tornados públicos a oito de Dezembro deste ano, depois de encerramento, em Setembro passado, da recepção dos questionários enviados pelas empresas envolvidas

no Ranking da firma de auditoria e consultoria KPMG.
Recorde-se que em 2010 a Mozal foi apurada como maior empresa
de 2009. Nesta edição, a megafundição de alumínio teve lucros de 10,668 milhões de meticais, seguida da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), com 3,998 milhões de meticais e o Millennium BIM com lucros de 1,755 milhões de meticais, descendo do segundo

para o terceiro lugar.

No conjunto, as 100 maiores empresas de Moçambique da 12ª edição obtiveram lucros de 22,131 milhões de meticais, um crescimento de 6.54%, face ao ano anterior de 2008. Concorreu para este nho positivo os sectores da Indústria, Energia e Banca.

MCLI RECOMENDA ÀS ALFÂNDEGAS LEGISLAÇÃO MAIS MODERNA

A perspectiva de que a implementação da Janela Única Electrónica contribua para o incremento do volume de tránsito de mercadorias, a partir dos portos moçambicanos, constituiu um dos pontos apresentados, recentemente, em Maputo, aos perto de 100 agentes ligados aos transportes marítimos, num encontro promo-vido pela MCLI - Iniciativa da Logistica do Corredor de Maputo. Segundo Brenda Horne-Ferreira, gestora de projectos da MCLI, o aspecto fulcral do encontro visava "fazer recomendações às Alfândegas de Moçambique, para adoptarem uma legislação mais moderna no País para o regime de trânsito de mercadorias, de modo a conferir aos portos moçambicanos um ambiente mais npetitivo e amigável. Por seu turno, Domingos Bié, da Grind Rod Maputo Car Terminal,

referiu que há dois anos que o trânsito de viaturas no Pôrto de Maputo está a fluir normalmente, apesar de se terem registado alguns pro-blemas no início do processo, devido a alguma falla de experiência. Refira-se que as conclusões e recomendações do encontro serão apresentadas no processo de revisão da legislação, sobre o regime de trânsito de mercadorias, através da CTA-Confederação das Associa-ções Económicas de Moçambique, onde também faz parte da MCLI.

CERIMÓNIAS FÚNEBRES DO DEPUTADO MACHAMBISSE

As cerimónias fúnebres do irreverente deputado da Assembleia da República pela bancada da Renamo, Francisco Machambisse, terão lugar nesta quinta-feira na capital moçambicana. Machambisse, eleito pelo círculo eleitoral de Sofala, faleceu na noite do passado domingo em Maputo, tornando-se no nono representante do povo a perder a vida na presente legislatura. O funeral do deputado está previsto para esta sexta-feira num local ainda não divulgado pela familia. Machambisse é natural de Sofala.

RESTOS MORTAIS DA JORNALISTA DA TV MIRAMAR FORAM A ENTERRAR

Os restos mortais da iornalista da televisão Miramar, Arlita Monia e, foram a enterrar nesta terça-feira no cemitério da Lhanguene, em Maputo. Arlita, como era carinhosamente tratada, faleceu na passada sexta-feira em Maputo vítima de doença. As cerimónias túnebres da Arlita, que tiveram início na capela do Hospital Central de Maputo (HCM), foram acompanhadas por várias dezenas de pessoas entre familiares, colegas de profissão e amigos, que quiseram prestar a última homenagem a uma profissional que ainda tinha muito a dar ao jornalismo moçambicano. A falecida jornalista deixa viúvo e três filhos. Neste momento de dor, a Redacção do semanário SAVANA apresenta à familia enlutada as mais sentidas condolências.

Índice Mo Ibrahim Governação de

Moçambique piorou

O Índice Ibrahim 2011 de Governação Africana, lançado segunda-feira (10), em Londres, colocou Moçambique na 21ª posição de um total de 53 países avaliados nas categorias de segurança e Estado de Direito, participação e Direitos Humanos, oportunidade económica sustentável e desenvolvimento humano

Estabelecido em 2007, o Índice Ibrahim é a recolha mais abrangente de dados quanti-tativos que facultam uma avaliação anual do desempenho da governação em cada país

A pontuação de 55 (de 0 a 100 pontos) que Moçambique conseguiu na qualidade de gover-nação coloca o país abaixo da média regional para a África Austral, fixada em 58 pontos (8º ugar num total de 12 países), mas figura acima da média continental, de 50 pontos

A nível das subcategorias, a classificação mais alta de Moçambique é no capítulo de segurança nacional (12º lugar) e a mais baixa

De acordo com a avaliação, ao longo dos imos cinco anos (2006 - 2010) a qualidade de governação global de Mocambique piorou.

A região austral de África é a que apresentou lhor desempenho continental, indica o índice Mo Ibrahim 2011, que coloca as Mauricias como o país com melhor desempenho governativo o pais com meinor desempenno governativo em África. Seguem-se Cabo Verde, Botswana, Seychelles e África do Sul. As últimas cinco posições (da 49ª a 53º) são ocupadas pela República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Zimbabwe, Chade e Somália.

Entretanto, o antigo Presidente da República Cabo-verdiana, Pedro Verona Pires, venceu a edição 2011 do prémio Mo Ibrahim, atribuído anualmente pela fundação. O prémio, no valor de USD 5 milhões, distingue "a visão do ex-Chefe de Estado em transformar Cabo Verde num modelo de democracia, estabilidade e crescente prospe ridade em África'

www.tvcabo.co.mz



TV e internet num só lugar.

Tão bom que vais querer ver tudo ao mesmo tempo.

Liga já 21 480 550 ou vai a uma loja TVCABO e assina